

POLICIOMETRIA: UM MODELO PARA ALOCAÇÃO DE EFETIVO, ESTIMATIVA DE OCORRÊNCIAS E ATUAÇÃO PREVENTIVA

Cel PM Amauri Meireles ()*

*Maj PM Lúcio Emílio do Espírito Santo (**)*

INTRODUÇÃO

*"Fala-se muito sobre a polícia. Escreve-se pouco sobre a instituição.
Pesquisa-se menos ainda."*

(Julita Lemgruber)

O fenômeno social ou sociedade, desde os tempos homéricos, sempre foi preocupação de filósofos, sábios e cientistas. Entretanto, como campo específico de investigação científica, uma verdadeira ciência da sociedade – uma Sociologia – digna do nome, somente apareceu no século XIX, mais precisamente em 1839. Diga-se de passagem, que não se desenvolveu tanto e o seu descrédito sempre foi grande, como só acontece com todas as ciências ditas humanas.

Em outras palavras, quando o objeto do conhecimento é o homem, as dificuldades que se opõem à investigação são quase intransponíveis. O homem é essencialmente liberdade, livre arbítrio, razão e inteligência, senhor de si e da história, incapaz, portanto, de se enquadrar em qualquer lógica.

(*) AMAURI MEIRELES é Coronel da PMMG, Policiólogo, Coordenador das Cadeiras de Trabalho de Comando e Defesa Social, dos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia da Academia de Polícia Militar e atualmente exerce as funções de Comandante de Policiamento da Capital.

(**) Lúcio Emílio do Espírito Santo é Major da Polícia Militar, formado em filosofia e exerce atualmente as funções de Chefe da Divisão de Pesquisa da Academia de Polícia Militar e instrutor de Metodologia Científica para o Curso de Aperfeiçoamento de oficiais.

Em pleno século XX, com o vertiginoso desenvolvimento das ciências positivas ou exatas, com técnica e tecnologias altamente desenvolvidas, a sociedade humana e, conseqüentemente, o seu funcionamento, ainda são grandes incógnitas.

Apesar dos resultados até agora pouco satisfatórios, nunca houve tantos pesquisadores e homens de ciência debruçados sobre os problemas sociais como neste final de século.

Se o passado e o presente da ciência dos fenômenos sociais deixam ainda muito a desejar, em função da urgente necessidade de se conhecer com profundidade o mecanismo e interações humanas, o seu futuro é promissor. Os nossos conhecimentos acerca dos problemas sociais alcançarão a exatidão e precisão da Física ou da Química.

Porém, a realidade de nossos dias é que as questões fundamentais do conhecimento das sociedades ainda subjazem num emaranhado de teorias e explicações pouco convincentes.

É o que ocorre, por exemplo, com a violência, principalmente, a violência urbana, hoje grande preocupação não só de cientistas sociais, psicólogos, juristas e similares, mas verdadeira "paranóia" do homem comum, da dona de casa, do comerciante da esquina.

Onde estão as explicações "científicas" para o fenômeno?

Seria ela o inexorável pagamento por vivermos em uma sociedade tecnocrônica, "uma sociedade moldada, cultural, psicológica, social e economicamente, pelo impacto da tecnologia e da eletrônica – em especial na área dos computadores e das comunicações"?

O êxodo rural, o inchaço das grandes cidades, gerando a desorganização, o desordenamento, a angústia, a desconfiança, a pressa em gozar as benesses da sociedade tecnocrônica, enganosamente divulgadas como infinitamente maiores na "cidade-grande", também seriam decisivos vetores?

Será que, paradoxalmente, quanto mais as pessoas se aproximam, se agrupam, maior a rejeição, em termos de convivência harmoniosa, urbanidade, solidariedade, amizade?

Citados por BRZEZINSKI, em "Entre Duas Eras", – Julien Huxley adverte que "a aglomeração excessiva de animais leva a comportamento deformado, neurótico e diretamente patológico. Podem ter a certeza de que o mesmo vale, em princípio, para as pessoas. A vida citadina de hoje está levando decididamente à enfermidade mental maciça, a crescente vandalismo e a possíveis erupções de violência em massa" e Castairs alega "que o crescimento demográfico, a aglomeração excessiva e a opressão social contribuem todos para a agressão irracional e intensificada".

Francisco de Melo Franco, em excelente Ponto de Vista sobre as metrópoles (Revista Veja) escreveu:

"A resolução dos problemas, portanto, precisa começar pelo controle das migrações, que deve ser acompanhado, normalmente, por uma política de fixação das populações rurais, através de projetos industriais e agrícolas, e planos de educação e saúde adequadas, enfim, numa política sem tréguas de distribuir melhor as populações para além das regiões metropolitanas. Essas são premissas básicas para se reverter, entre outras manifestações de doença metropolitana, a praga da violência urbana."

E, concluindo:

"O essencial é que se compreenda que as metrópoles são problemas gravíssimos, que precisam de tratamento de urgência".

Reflitamos um pouco. Somos profissionais de Segurança Pública. O problema de vio-

lência nos diz respeito. É problema de Ordem Pública. A Polícia é a primeira linha de defesa do cidadão e da comunidade.

Há um sem número de questões que precisam urgentemente ser equacionadas para que a nossa eficiência e sobrevivência como instituição de Manutenção da Ordem Pública não estejam comprometidas. O problema, por exemplo, da interdependência de efetivo e localidade e o da mensuração da atuação preventiva de polícia ostensiva estão entre os mais urgentes. O próprio comportamento das Polícias Militares frente à violência urbana tem sido fonte permanente de grandes disparates, a maioria conseqüência de nosso atraso em analisar e pesquisar o fenômeno.

Violência urbana não é problema somente nosso, mas é problema nosso também.

Podemos, pois, esperar que outros pesquisadores, quando lhes aprouver e como lhes convier, nos dêem prontas as soluções?

Claro que não!

Sem qualquer presunção, estamos convictos de que o problema da violência urbana só será equacionado quando nossas idéias, até agora circulando "intra muros" apenas, forem amplamente divulgadas e debatidas.

Como profissionais de segurança, a nossa visão do problema é privilegiada. E há vários séculos lidamos com o crime e a violência. Nossa experiência multissecular nos confere autoridade para versar sobre este tema.

Diz Julita Lemgruber que sobre polícia fala-se muito, escreve-se pouco e pesquisa-se menos ainda. A delicadeza da renomada socióloga impediu-a de completar a verdade: fala-se muito e fala-se mal.

Está aí uma "carapuça" para todos nós, policiais-militares.

Este trabalho é fruto de uma crença.

Com o avanço da ciência dos fenômenos sociais ligados à atividade policial, dentro de um futuro que acredito próximo, os cientistas sociais hão de dizer, quando se referirem à Polícia:

Fala-se pouco sobre a polícia.

Escreve-se muito sobre a instituição.

Pesquisa-se mais ainda...

Na medida em que nos entregarmos à pesquisa e a relatar nossas descobertas, a comunidade estará mais tranqüila porque corretamente informada. A polícia estará mais na consciência do povo que em sua língua.

A epígrafe, de Julita Lemgruber, é uma homenagem àqueles poucos que já pesquisam e um convite àqueles que, preocupados com o bem-estar social, poderão engrossar o contingente, sendo autênticos profissionais nas respectivas áreas de trabalho.

JUSTIFICATIVA

As Polícias Militares se encarregam da defesa da sociedade, são desaguadouro natural de ansiedades e tensões, eis que atuam num vértice para onde fluem causas e refluem efeitos das contradições sociais.

Face ao espaço ocupado pela divulgação da violência, algumas pessoas enxergam a Instituição apenas como agência de prevenção e/ou repressão de crimes: "Polícia é que corre atrás de ladrão", tem sido o entendimento errôneo, por desinformação, mais difundido em alguns centros populosos do país, ou generalizando realidades culturais localizadas.

Isto não é peremptório! O senhor Comandante Geral da PMMG, em sua mensagem "Polícia Militar e Constituinte", descreve o universo de atuação da Instituição:

"A população mineira já se acostumou a ver no PM não somente o guardião da lei, prevenindo o crime ou prendendo o criminoso, mas também, e às vezes principalmente, aquele que está encarregado de protegê-la contra acidentes de trânsito, deterioração ecológica, ameaça de doenças infecto-contagiosas ou a visão de mazelas sociais como mendigos e socorro em todas essas hipóteses bem como nas de transporte de doentes mentais, transporte de parturientes, busca de socorro médico ou de medicamentos, ou nas tragédias das inundações, dos soterramentos, dos incêndios e das epidemias. O PM patrulha e vigia, aconselha, adverte, autua, notifica, prende ou apreende. Controla o trânsito e assegura o fluxo de veículos. Socorre acidentados, protege estudantes à entrada e à saída das escolas. Recolhe doativos para flagelados. Vacina animais. Prepara colégios para solenidades cívicas. Difunde a cultura musical. Orienta equipes desportivas."

É a maior interação PM e comunidade que permite a esta conhecer melhor a Instituição que a defende e os recursos e técnicas para fazê-lo. Esta concepção, provavelmente, deve ter influenciado a população e permitido à PMMG alcançar excelentes índices em pesquisa recentemente realizada pelo IBOPE. Assim, a Polícia Militar deve ser uma instituição de Proteção Social, encarregada de proteger e socorrer as comunidades. Obviamente, a prevenção criminal aí está inserida, devendo ocupar parte de sua rotina, de sua labuta diária. E é exatamente esta atuação, face ao fenômeno da Violência Urbana, a que vem exigindo a maior parte do esforço policial-militar em várias localidades.

Por serem as atividades mais evidentes e, às vezes, as únicas em certos locais, o empenho na prevenção criminal e a participação no esforço de repressão criminal, em paralelo ao alardeamento de que a violência está aumentando vertiginosamente, a população, ansiosa e desinformada, sofre o impacto do alarde de que a culpa é da Polícia, por inoperante, despreparada e, até, omissa. O problema aí, não é da população e, sim, da própria Polícia ou do Governo. Da Polícia, ou por ser, efetivamente, incompetente ou incapaz de, quando for o caso, demonstrar que o problema não é seu. Aí, a interação comunitária ajudará, por certo, a serem feitos esclarecimentos semelhantes aos anotados em "Municipal Police Administration":

"Há certos tipos de crimes que a polícia é incapaz de prevenir. A maioria dos assassinios e suicídios estão nesta classe, assim como muitos casos de incidência de assaltos, raptos e homicídios casuais. Crimes em família raramente podem ser prevenidos por qualquer tipo de ação policial, não importa quão numerosa possa ser a polícia, porque polícia não pode supervisionar a vida de um lar. Desta forma, ações e predisposições que podem conduzir ao crime geralmente não estão visíveis à polícia, e mesmo que estejam – como brigas em família – a polícia está freqüentemente impedida de agir, até que o crime seja cometido.

Alguns crimes decorrem de insanidade e distúrbios mentais. Numerosos crimes se-

xuais estão nesta categoria. Assassinato pode ser cometido pelo insano, e incêndio é freqüentemente o produto de desequilíbrio mental. Uma pessoa de mentalidade anormal pode permanecer pacífica por anos e repentinamente, sem provocação aparente, cometer algum crime horrível.”

O problema será do Governo, conforme escreveu o Coronel QOR Paulo Wilson de Oliveira Bueno, da PM de São Paulo, em artigo no “Estado de São Paulo” de 16 Jan 85, abordando a necessidade de uma ação governamental em todas as esferas, áreas e níveis, de forma global, ampla, harmônica, que propicie a indispensável convergência de esforços para melhorar as condições gerais de segurança pública, assim finalizando:

“Enquanto o poder público não partir, decididamente, para essa ação global, a criminalidade tenderá a atingir níveis cada vez mais críticos. Nesta hipótese, a nossa Polícia Militar – em que pesem o hercúleo trabalho que vem desenvolvendo e o alto preço do sangue que vem sendo pago – continuará a ser apontada, injustamente, como verdadeiro “bode expiatório” da grave situação.”

Em razão de seu trabalho, as PM, com certeza, conhecem relativamente o quadro da violência e suas tendências. Porém, a análise crítica dos dados, quando é feita, o é para o público interno, para eventuais ajustes no lançamento dos quase sempre poucos recursos humanos e materiais. Esta postura evidentemente não enseja a que outros órgãos governamentais adotem providências pertinentes. Entretanto, provavelmente com grande margem de acerto, é de se constatar que esta atitude é adotada porque os dados raramente são trabalhados dentro de um rigor técnico-científico o que, se não invalida, pelo menos diminui o valor de eventuais constatações e propostas.

Os relatórios e boletins estatísticos retratam a produção das PM em certos períodos, onde encontramos as explicitações de ocorrências. São documentos frios que, à época de lançamento, tiveram valor pela novidade que representaram.

Quando estes documentos existem, ali encontramos catalogados os eventos, em certa localidade, num certo período e, às vezes, encontramos uma série histórica, sem uma percuente análise.

Hoje, já se tem consciência de que é muito pouco. Devem constituir-se em documentos que, por exemplo, endossem ou contestem afirmações, muito comuns, de que a violência está aumentando; que permitam comparações entre comunidades mais ou menos semelhantes; que facilitem adoção de providências internas; que possam orientar decisões de outros órgãos governamentais e particulares.

Em síntese, há um defeito de policiometria. Existindo o preconceito de que “polícia corre atrás de ladrão”, mede-se apenas quem está vencendo a corrida. Porém, se o enfoque alterar-se (baseado na premissa de que a PM tem um universo de atuação muito mais amplo), justificar-se-á plenamente a necessidade, a preocupação de se formularem modelos de Policiometria. Estes, reunidos, indicarão não apenas a quantificação de crimes, mas, e sobretudo, o grau de tranqüilidade pública nas comunidades.

OBJETIVO

Bernadino Carleial publicou, no “Estado de Minas”, em 28 set 86, um artigo “As origens da violência”, do qual extraímos o seguinte trecho:

"Mas, a causa maior da violência sangüinária que o homem pratica contra seu semelhante é o exemplo transmitido pelas cenas de violência que impregnam o cinema, televisão, revistas, jornais, publicidade mercantil (nesta, nota-se que se tornou rotina a exibição de agressividade nos rostos dos modelos, principalmente nos masculinos, em que a indústria e o comércio da moda pretendem mostrar superioridade de seus produtos) etc. De tanto ver a exteriorização e encenação de atos violentos tornamo-nos insensíveis à tragédia e dor alheias e, o que é pior, tornamo-nos violentos também".

Zbigniew Brzezinski afirmou, em "Entre Duas Eras":

"A violência direta torna-se cada vez mais regulada e restrita, e, em última análise, vem a ser considerada como um desvio de norma. São estabelecidos mecanismos organizados, na forma de pessoal assalariado e uniformizado, para reduzir a violência a limites socialmente toleráveis. Uma certa proporção de crime é aceita como inevitável, pelo bem da ordem e, portanto, o crime organizado é em geral preferido à violência anárquica, tornando-se assim, indireta e informalmente, uma extensão da ordem".

E, mais adiante:

"As guerras do submundo urbano não causam muita reação moral nem são vistas como grande ameaça à paz social. Somente os surtos de violência dirigidos contra essa paz, quando representada pela vida humana e pelos grandes interesses adquiridos – bancos, lojas ou propriedade privada, por exemplo – são resolutamente combatidos".

Não iremos aqui discutir este ponto de vista. Interessa ressaltar que alguém escreve algo de que a maioria tem apenas percepção: o fato de uma certa proporção de crime ser aceita como inevitável, (ela representará o limite de violência socialmente tolerável).

Mas que é esta proporção? De quê? Quanto representa? Perguntas semelhantes são feitas quando se lê matéria no "Estado de Minas", de 13 mar 86, em que Belo Horizonte é considerada a cidade mais violenta de MG. Outras reportagens dirão que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais violentas do país e que Nova Iguaçu é uma das cidades mais violentas do mundo.

Por que estas afirmativas? Baseiam-se em estatísticas que contêm números absolutos? Quais os instrumentos de mensuração e comparação de violência? Há, em verdade, uma sensação, um "sentimento" ou, no mínimo, uma divulgação de que a Violência Urbana está aumentando. Mas em que proporções? O que seria uma proporção razoável ou proporção extremamente preocupante? O que seria o limite socialmente tolerável de violência?

Há poucas respostas para estas perguntas e para outras tantas.

Admitindo-se a hipótese de que há algo em comum entre efetivo/PM, número de ocorrências e a atuação preventiva em certa localidade, pretende-se oferecer um modelo matemático que permita, através de correlações entre cidades mais ou menos semelhantes, a fixação do chamado "patamar suportável de violência" para cada município, bem como conhecer-se sua variação percentual.

As Polícias Militares não têm destinação específica de reverter as mazelas e contradições sociais, mas devem estar preparadas para conhecer o fenômeno da violência, para absorver e minimizar causas e efeitos. Este trabalho, modesto, pretende constituir-se em um de inúmeros referenciais para que as PM se qualifiquem, mais ainda, a melhor cumprirem a missão de mantenedoras da ordem pública, onde segurança pública ocupa grande destaque na atualidade.

DESENVOLVIMENTO

A revista ISTO É¹ veiculou matéria em sua Parte Especial, sob o título – “O País que o novo Presidente vai encontrar” destacando, em certo trecho, que:

“Ninguém poderia imaginar, vinte anos atrás, que uma pesquisa de opinião pública, realizada nas sete maiores capitais do país, indicasse que a segurança individual do cidadão estivesse entre as cinco questões mais importantes que o novo presidente da República teria de enfrentar. A pesquisa encomendada ao IBOPE por ISTO É/ Gazeta Mercantil/ Rede Bandeirantes mostrou que a segurança não só está entre os cinco maiores problemas nacionais mas é o segundo, com 26% na ordem de importância...

... “AS PREOCUPAÇÕES DO BRASILEIRO – A pergunta feita pelo IBOPE, em pesquisa encomendada por ISTO É, GAZETA MERCANTIL/ REDE BANDEIRANTES, foi: ‘Dos seguintes problemas (alimentação, cultura, educação, habitação, saúde e segurança) qual o (a) Sr (a) acha que deve ser o primeiro a ser enfrentado pelo governo que será eleito em 1985?’...”

Em que pese endossarmos a indignação diluída no texto, temos de nos curvar à realidade dos fatos.

As capitais tornaram-se grandes cidades, logo após metrópoles e, hoje, megalópoles. E algumas cidades interioranas, pouco a pouco, já se transformaram em cidades grandes.

Conforme Cel PMMG Klinger Sobreira de Almeida, em palestra proferida no Comando de Policiamento da Capital² “já não há mais a criminalidade lírica do ladrão de galinha ou do ladrão que furtava peças de roupas. Hoje há o estuprador, o assassino profissional, o crime organizado.”

O Padre CHARBONNEAU, em artigo da “Folha de São Paulo”³, abordando a VIDA como tema da Campanha da Fraternidade, em certo trecho afirmou:

“Em tempo recente, uma feliz ingenuidade colocava a vida acima de tudo. Esse tempo passou. Hoje, nós estamos entregues a uma agressividade cega e incoerente que é a fonte de uma destruição que se tornou sistemática. Para o homem contemporâneo perdido entre seus contra-valores, a dignidade da vida não é mais um fim em si. Ela é reduzida ao estado de puro acidente, o que lhe confere uma precariedade lamentável. Longe de ser fim em si mesma, ela não é senão um fim circunstancial e relativo. Ela não tem senão o peso que quisermos dar-lhe, a partir de considerações que mostram a mais total subjetividade. E cada um faz do universo vivo o que lhe parece, ou o que lhe convém em determinado momento pelo menos, e numa perspectiva de interesses ego-cêntricos’...”

Antônio Luiz Paixão e Patrícia Souza Lima⁴ escreveram:

“Há um sólido consenso – tanto a nível dos cientistas sociais quanto das organizações do controle e da opinião pública em geral em torno da associação entre processos rápidos de industrialização e urbanização e/ou incrementos nas taxas de criminalidade e violência⁵. A lógica do argumento é bastante forte: processos rápidos de urbanização e industrialização provocam fortes movimentos migratórios, concentrando amplas massas isoladas (ou seja, carente dos controles sociais espontâneos próprios da família, da comunidade ou da religião) nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social e expostas a novos com-

portamentos e aspirações mais elevadas, inconsistentes com as alternativas institucionais de satisfação disponíveis...

Porém fica implícito na teoria e na prática social elaborada em resposta às patologias urbanas detectadas por ela (a emergência de agências burocráticas de controle e a concentração de suas atividades na domesticação das "classes perigosas") o caráter transicional do fenômeno: na medida em que migrantes fossem re-socializados dentro dos padrões emergentes do urbanismo, que desigualdades intensas fossem minimizadas pela expansão da economia e que a polícia ampliasse sua capacidade profissional de manutenção da lei e da ordem, as taxas de criminalidade e violência tenderiam ao declínio".

Do relatório apresentado pelo Comitê presidido por Alain Peyrefitte – "Réponses à la violence" – muitíssimo citado como o "relatório francês", no relatório da Comissão de Juristas, designada pelo Ministério da Justiça Brasileiro, em 1979, extraímos:

"Dans les sociétés humaines, la concentration de peuplement n'entraîne pas systématiquement un développement de l'agressivité.

Mais ceux qui reconnaissent être agressifs en privé comme dans les endroits publics sont bien plus nombreux à Paris et dans les villes de plus de 100.000 habitants qu'à la campagne...

La conscience de vivre dans un milieu agressif augmente avec la densité démographique: 52% des habitants des communes rurales sont d'avis que les gens sont agressifs en public, 58% dans les villes de moins de 100.000 habitants, 67% dans les villes de plus de 100.000 habitants et 73% dans la capitale".

Os dados da pesquisa da revista ISTO É retratam uma realidade prática e que não chega a ser novidade. Maslow⁷, com seu famoso triângulo das necessidades humanas, estabelece que a segurança sempre foi a segunda preocupação, superada apenas pelas necessidades chamadas fisiológicas.

Mas por que, então, esta inquietação, esta incômoda sensação de insegurança que, para alguns, em certas cidades, é quase uma angústia? Porque o percentual de preocupação é grande, é exagerado, fazendo com que o organismo social sofra de uma Síndrome de Violência Urbana. Síndrome, aqui, no sentido técnico dado por McBride e Blacklow⁸, como sendo o conjunto de sinais e sintomas que identificam um estado mórbido. Aqui, também, no aspecto de sinonímia popular com "psicose", que agudiza a sensação de insegurança. E, quanto maior esta sensação, maiores os reclamos – discutíveis, por certo – contra a Polícia, como se esta fora a "panacéia" para os males sociais. Sim, porque a violência urbana é menos um problema policial que um grave e complexo problema social⁹. "O Jornal do Brasil" – JB¹⁰, na coluna DEBATE, publicou um texto, dentre inúmeros existentes, que corrobora o entendimento:

"Especialista em Violência Urbana, o escritor José Louzeiro tem feito dos redutos da marginalidade seu principal campo de pesquisa. E é com profundo conhecimento de causa que se sente seguro ao afirmar que dos salários aviltantes à perda dos valores espirituais muita coisa contribui para o aumento da agressividade. Poucas, porém, com o peso das políticas sócio-econômicas".

Ou ainda, do mesmo JB, edição de 12 set 85, do artigo "O Carioca aprende a atirar" em sua parte final:

"Mas se alguns acham que mesmo aprendendo a usar uma arma estão aptos a saírem

atirando como em uma cidade de faroeste, acabam o curso decepcionados. Francisco Gama, o autor dos livros e presidente de "Agents" assegura que, para comprar uma arma, o futuro usuário deveria ser submetido a um exame psicotécnico e a um treinamento como o que se faz para dirigir um automóvel. Mas como isso não acontece, resta uma pergunta que o curso não responde: e se todo mundo resolver comprar armas e aprender a atirar? Pelo menos a psicanalista Daniela Ropa, da Clínica Social, está preocupada: "É um retorno à selva, ao cada um por si e Deus contra todos", indigna-se. Para ela, isso só fará aumentar a violência. É imaginar que o indivíduo sozinho vai resolver uma questão complexa como essa, que envolve injustiça social".

O fato é que a Síndrome da Violência Urbana, sob o aspecto de conjunto de sinais e sintomas, merece atenção dos governos e adoção de providências consistentes e urgentes. E as PM devem ajudar a identificar esta síndrome e sua extensão e até mesmo propor medidas profiláticas. Quanto à síndrome-psicose, ela provém, em maioria, da divulgação maciça de crimes ocorridos nas metrópoles e, por vezes, em cidades de porte médio, e que é transportada indistintamente para os pontos mais distantes e longínquos do território nacional. Estes passam a viver, solidariamente, o mesmo clima de insegurança vivido pelos grandes centros, sob os efeitos da ilusão de isotopia, que é a sensação de estar no local onde os fatos se verificam. O medo excessivo de efeitos danosos e preocupantes, ora coloca as pessoas na expectativa de ser a "próxima vítima", ora exacerba a agressividade, tornando-as violentas.

A questão do momento da violência deve ser examinada sob quatro aspectos:

- Subjetivo;
- Quantidade absoluta;
- Quantidade dos delitos;
- Quantidade relativa.

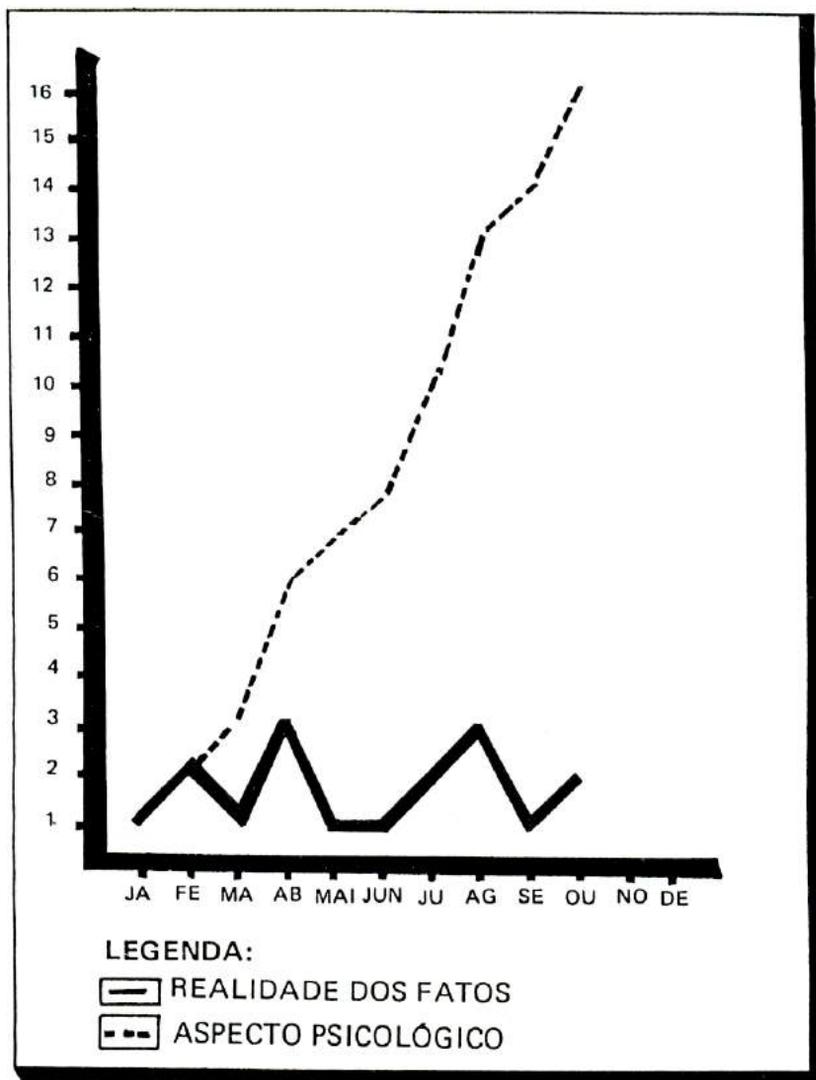
Quanto ao aspecto subjetivo, observa-se tratamento emocional, substituindo o racional, em algumas colocações acerca de violência urbana. Conforme a teoria da Síndrome de Violência Urbana¹¹ a lógica dos fatos é diferente da lógica do aspecto psicológico da Síndrome.

Aliás, se se perguntar àqueles que propalam a elevação do índice de violência urbana, provavelmente verificar-se-á que poucos trabalham com índices e menos gente, ainda, conhece o que seja isto.

Quanto à quantidade absoluta, observa-se que o número final é tratado isoladamente, friamente.

Por exemplo: em certa cidade, em determinado ano, o número de homicídios foi "x"; no ano seguinte o número foi "x + 0,5x". Imediatamente uma conclusão é tirada: "A violência aumentou 50%". Quer dizer, não há preocupação em se pesquisarem as causas deste aumento, em se correlacionarem aumentos percentuais dos insumos da violência. Por exemplo: qual foi o aumento da população urbana, da população flutuante, do desemprego, de menores infratores, de criminosos que delinquem pela décima vez e ainda são primários etc?

Quanto à qualidade dos delitos, isto é, quanto à tipicidade, características, grau de envolvimento das pessoas é de se observar haver alguns que, mesmo com o número absoluto baixo, chocam a população e têm maciça divulgação. Em consequência, é grande a repercussão negativa na segurança subjetiva, que é a crença na ausência de risco, contribuindo para instalação de um clima de insegurança.



Há alguns delitos, inclusive, em que não há a mínima condição de a PM prevenir e, às vezes, ainda é responsabilizada, conforme já se falou anteriormente.

Quanto à quantidade relativa, é muito pouco pesquisada, quando deveria sê-lo mais, por aproximar-se da realidade dos fatos. Ela é produto de variáveis econômico-político-sociais, como também reflete a realidade cultural de determinada cidade ou região.

Seu exame deve ser através de tratamento científico, que vai muito além das aparências.

A avaliação pela quantidade relativa permitiria comparações entre cidades, através do tratamento de certas variáveis, bem como permitiria inferirem-se alterações quanto ao número de ocorrências, em virtude de modificações, alterações nas variáveis, até então consideradas. Pelo fato de este critério de avaliação ser pouquíssimo aplicado, constata-se impedimento ou dificuldades de comparações entre "realizado", o acontecido, o registrado, e o projetado, o estimado em localidades mais ou menos semelhantes.

Essa avaliação seria um dos mecanismos que poderia modificar atitudes por parte da população, imprensa, estudiosos em geral, em relação à violência e à postura crítica, em relação à Polícia. Porque, à primeira vista pode causar choque, mas a realidade dos fatos é que sempre haverá o delito. Não é dizer que haveremos de conviver com esta predição, ou aceitá-la passivamente. Ao contrário! Temos de entender que o mal existe, que há um percentual de delitos inerentes a determinados agrupamentos sociais (que não são reunião de anjos), que pode variar de comunidade para comunidade, consoantes as variáveis que compõem o ambiente. Entretanto, para que a vida seja melhor vivida, convém ter-se como meta, sempre, a obtenção de novos recordes positivos.

Urge, portanto, que se definam, que se conheçam, que se estabeleçam recordes positivos – seria a estimativa, a projeção da quantidade relativa – para que, ao final de certos períodos (mês, semestre ou ano) possa ser verificada a variação percentual, aquém ou além. Se foi além, debitar-se-á à Polícia, em razão básica de insuficiência de efetivo. Claro que esta premissa funciona como referencial, dado que o problema poderá indicar insuficiência de recursos materiais, que prejudicam a qualidade com reflexos na quantidade.

A variação para mais poderá indicar, ainda, que há problemas externos à PM contribuindo para a elevação, a exemplo de manifestações anotadas no Seminário "O RIO CONTRA O CRIME"¹².

Do advogado e político Rafael de Almeida Magalhães:

"A violência urbana está diretamente relacionada com a crise de valores da sociedade brasileira", de Evaristo de Moraes Filho: "Enquanto não se erigir uma nova estrutura social, que promova o trabalho como valor supremo, não se porá fim aos colarinhos brancos. Até lá, muitos homens do povo se sentirão tentados a enxovalhar suas mãos no pedir esmolas ou no empunhar de armas em assaltos"; para Hélio Pelegrino, a criminalidade "é consequência de uma patologia social. É uma resposta desesperadora e perversa a um tipo de estrutura social também perversa"; já Marcos Sá Correa contestou o "conceito de que a criminalidade resulta da pobreza e esta é um problema insolúvel"; o senhor Cel Carlos Magno Cerqueira asseverou que "a conscientização para o indivíduo não desviar sua conduta depende mais de um plano educacional e de uma sociedade mais justa, do que de um maior contingente de PMs nas ruas"; o jornalista Valério Meinel alertou para o fato de "no Rio de Janeiro, que agora se empenha em uma cruzada contra o crime, estarem sintetizadas todas as formas de violência registradas no resto do Brasil".

A elevação para mais também poderá ser resultado de eventos cíclicos, sazonais, o que evidentemente poderá ser minimizado com planejamentos especiais para atendê-los.

Há de se cuidar para que não se capitule à enganosa providência de aumentar efetivo PM para suprir deficiências de outros setores públicos ou privados, o que, até então, tinha caráter de normalidade.

Se, contudo, a variação foi para menor, isto é, aquém da estimativa, creditar-se-á ao bom desempenho dos serviços públicos essenciais, em que a PM se insere atuando preventivamente, com predominância. Seria este o embrião de como mensurar-se a atuação preventiva de PM. Sem dúvida é uma questão que sempre preocupou as PM: quantos delitos a presença ostensiva da PM evitou? Qual a minimização de perdas materiais e humanas que a presença ou atuação da PM ensejou?

Convém, portanto, criarem-se funções matemáticas que nos dessem estas respostas, bem como identificassem outros problemas, tais que o desajustamento na relação PM X habitantes em cidades semelhantes, alertando para problemas:

- nas realidades culturais distintas (nas cidades examinadas);
- na prestação de serviço pelos PM locais;
- na prestação dos demais serviços públicos e particulares.

Claro que na formação do povo, na realidade cultural poderão influir indicativos de pouco fácil mensuração atualmente, e que devem ser considerados porque podem alterar a estimativa, tais que:

- sociedade formal, conservadora, liberal ou liberalizada;
- hábitos e costumes da população;
- identidade com o ambiente;
- taxa de anomia;
- tipo de comunidade (industrial, estudantil, comercial, rural);
- integração racial;
- índole da população;

Na prestação de serviços pelos PM locais, pode estar havendo desídia, relaxamento, violência, falta de interação etc.

Em relação aos demais serviços públicos, é muito comum a população clamar por mais policiamento porque as ruas estão mal iluminadas, não há telefones por perto, o ponto final do ônibus fica muito distante etc.

É comum ouvirem-se afirmações de que a criminalidade está aumentando e isto é fruto de incompetência da polícia.

É de se acreditar que, em princípio, a PM é a força qualificada para fazer frente a esta onda, a par, evidentemente, de medidas sociais saneadoras.

É de se admitir que a população tem considerável parcela de razão quando reclama do serviço prestado pela PM, ainda que pratique um erro semântico, quando emprega a palavra "incompetente" em lugar de "desaparelhada", seja em recursos materiais, seja na quantidade do efetivo.

Para efeito de raciocínio, fica o pressuposto de que, se há falhas, é de se debitar ao número insuficiente de PM. Claro que, dotando-se o policial-militar com recursos materiais suplementares, estaremos aumentando sua capacidade operacional. Mas isto é um julgamento decorrente e peculiar a cada localidade.

Partindo do pressuposto de que inexoravelmente haverá delitos, convém, portanto, conhecer-se também o número de PM que possa ajudar a manter o índice de violência urbana (embutido no número de ocorrências), em patamar suportável, já devidamente conhecido.

Mas, qual é o número adequado de PM às necessidades de cada cidade?

A resposta deve ser obtida através de comparação com outras cidades de porte e variáveis (indicativos) semelhantes.

Ao tratar da força numérica, encontramos o seguinte questionamento em "Municipal Police Administration"¹³:

"De quantos policiais uma cidade necessita, e como este número é calculado? Se o custo não fosse um fator, seria possível guarnecer com bastante policiais, de forma que virtualmente todos os acidentes, crimes e contravenções poderiam ser evitados pela simples presença da polícia. Ao mesmo tempo haveria um estágio de redução em que o custo do serviço de polícia preponderaria sobre o custo da ilegalidade que pretendia prevenir. É esse ponto que os administradores de polícia e os orçamentistas estão constantemente tentando encontrar. O chefe de polícia normalmente é o homem qualificado na comunidade para dizer se tem bastante policiais. Sua posição será reforçada pela estatística criminal e pelo respeito que os cidadãos e a imprensa conferem à força policial. Mas para sustentar um pedido de mais homens ele deve estar preparado para demonstrar que sua força atual deve estar trabalhando com a máxima eficiência e que um aumento de efetivo reduzirá a percentagem criminal. Há alguma relação entre o número de policiais empregados em uma cidade e a quantidade de crimes naquela cidade. Mas não é uma simples e direta relação. Cidades industriais com populações muito mescladas geralmente apresentam mais crimes e requerem maior proteção policial que homogêneas comunidades residenciais, ainda que cada uma possa sustentar departamento policial de mesmo tamanho. Enquanto a polícia na cidade residencial pode dedicar mais tempo ao trabalho preventivo e servir aos residentes, aqueles na comunidade heterogênea devem dedicar toda sua energia para reduzir substancial número de crimes cometidos e prevenir violência e excessos".

Uma das grandes dificuldades em um EM/PM é a elaboração do Plano de Articulação, que deve ensejar a alteração da Lei de Efetivo, e não ao contrário, como acontece em algumas Polícias: primeiro, aumenta-se o efetivo em x% (baseado em quê?) e depois distribui-se o "aumento" pelas cidades de forma acentuadamente subjetiva, para não se falar na interferência política. Necessário, portanto, que o número de PM indispensável ao equilíbrio nas cidades seja obtido, seja resultado de apreciação objetiva, de avaliação técnico-científica. É como se houvesse uma balança com dois pratos: em um, o número de PM e em outro, o número de delitos. O ideal é que houvesse equilíbrio entre os pratos ou o peso do número de PM sobrepujasse o peso dos delitos.

Já se conhecem alguns índices sugeridos, na relação PM x habitantes:

Em "Municipal Police Administration" está anotado¹⁴o seguinte:

"Em 1941, a média de policiais oscilava de 1,09 empregados por 1.000 pessoas em cidades de 10.000 a 25.000, a 2,23 em cidades acima de 500.000. Em 1954, depois de algumas flutuações pós-guerra, aquela média oscilava de 1,23 a 2,37. Em 1959 havia novamente aumentado para a média de 1,65 a 2,78 (ver quadro). Aquelas médias indicam o consenso das cidades americanas observadas suas necessidades policiais e sua capacidade para sustentá-las, mas a mais alta escala nas figuras, para cada grupo de população, sugere (indica) cautela em sua aplicação literal face à situação policial em uma comunidade específica.

Há muitos critérios nos quais se basear para uma estimativa da força numérica requerida: área, população, topografia, e peculiaridades geográficas do município. Em um ou mais lados pode existir um lago, oceano ou rio. A dimensão do lago, a largura do

rio, a complexidade do tráfego marítimo e presença de docas e depósitos terão importância para a polícia. Em uma margem pode estar uma grande ou pequena cidade, localização de escolas, igrejas e hospitais e suas necessidades de supervisão e regulamentação pesam no problema da força numérica. Número e direção de ruas assim como utilização típica e a qualidade do calçamento são importantes. A natureza do tráfego tem o seu peso na determinação das necessidades policiais.

Estes fatos refletem condições físicas nas quais o esforço está condicionado para razoavelmente definir o controle. Os problemas que apresentam são previstos em grau considerável, e planos podem ser formulados para combatê-los. Alguns dos mais sérios problemas de distúrbios policiais, contudo, não permitem tal previsão. São os mais sérios problemas criminais oriundos da estrutura social da comunidade. Casas de jogos, vielas, "saloons" e certos clubes podem requerer observação freqüente e regulamentação. Algumas praças são pontos potenciais de violência, exigindo cuidadosa atenção."

No que diz respeito a alguns estados do Brasil, a relação não é muito precisa, visto que há pessoal da área-meio considerado em igualdade com pessoal da área-fim.

A Inspetoria Geral das PM, há algum tempo, estabeleceu o índice de 1 PM x 1.000 habitantes em cidades pequenas e 1 PM x 500 habitantes em cidades grandes. É um referencial, mas de muito pouca consistência, em face de colocações já feitas e das anotadas, ainda, em "Municipal Police Administration"¹⁴:

"Uma municipalidade dependente quase exclusivamente de indústrias pesadas para sua manutenção pode atrair uma classe de pessoas cuja hora de lazer usualmente turbulenta apresenta problemas de controle policial. As culturas rurais e hábitos nacionais e costumes algumas vezes geram sérios problemas sociais.

Nacionalidade, composição da população e sua ocupação, então podem apresentar sérios problemas para a polícia. A faixa etária também pesa na análise, uma vez que a incidência de crimes é maior em certos grupos etários. Mesmo a proporção masculino/feminino na população afeta as dificuldades de um controle policial."

Em conclusão preliminar, portanto, pode-se afirmar que, sem dúvida a densidade demográfica é um dado precioso para se conhecerem necessidades em efetivo PM, porém não é o único. Informações sobre a população e o contexto onde se insere são igualmente preciosas e, às vezes, fundamentais, por serem condicionantes e/ou determinantes.

METODOLOGIA

ETAPAS

- Listagem de variáveis que pudessem auxiliar, pela relevância no meio onde afloram e, evidentemente, pela pertinência;
- Seleção de variáveis que tivessem registro e acompanhamento estatístico periódico e confiável.
- Coleta, ajustamento e complemento através de telex, telefonemas, visitas;
- Tratamento dos dados através de regressões múltiplas, sistema EPS;

- Análise dos resultados obtidos;
- Conclusão.

LIMITAÇÕES

Consultando-se o Anuário Estatístico de Minas Gerais, produzido pela Superintendência de Estatística e Informações, constata-se que há poucas informações, poucos dados em disponibilidade para o trabalho pretendido. Óbvio que a falha não é daquele órgão, que é apenas coletor, mas de instituições e órgãos que deveriam ser produtores de informações mas não o são. Apenas para exemplificar, no que concerne à segurança pública os dados referem-se a suicídios registrados, por sexo e idade, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e em Minas Gerais; quanto à justiça, há classificação de comarcas, capacidade e lotação dos estabelecimentos prisionais e prisões efetuadas, por algumas características dos presos, na RMBH e MG globalmente. As fontes são Campanhas Estatísticas (IBGE-SEI/SEPLAN-MG).

Não há registro isolado da área urbana dos municípios, e nem o IBGE os tem.

Considerando que densidade demográfica é um dado que se revelou extremamente importante; que a maior concentração no país é urbana (mais ou menos 70%); que nas grandes cidades praticamente inexistente população rural, optamos por estabelecer a densidade demográfica através da relação população urbana X área total visando a contornar a inexistência do dado "área urbana". Os testes, porém, nos conduziram a erro grosseiro, exigindo uma reprogramação com a população total.

Para que o exame comparativo fosse entre cidades mais ou menos semelhantes, e por dificuldades de limitação do programa - EPS -, foram elas grupadas de acordo com a população, conforme consta do relatório fornecido pelo computador.

Por dificuldade de compilação de dados, não se fizeram comparações com outras cidades do país ou do exterior.

PRESSUPOSTOS

Algumas colocações, estudos e experiências são tidos como perfeitamente corretos, plenamente aceitos e se prestam a complementar o embasamento teórico do trabalho.

- POLÍCIA MILITAR

- Instituição de defesa da comunidade;
- Instituição de proteção social;
- É tecido do próprio povo. Qualquer rejeição redundará em prejuízo para o próprio organismo social;
- É mostra da realidade cultural onde se insere.

- VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE

- Carleial assim se expressou, em seu já citado artigo:

"...A violência, marca registrada de nosso conturbado tempo, onipresente em nossa vida diária, apresenta-se cada vez mais com requintes de atrocidade e bestialidade...

Para minimizar esta explosão desenfreada da violência (se é que ainda é possível) seria necessário um gigantesco trabalho de pessoas ainda conscientizadas, principalmente daqueles que detêm poder sobre os demais, como os profissionais da imprensa, os políticos, governantes, educadores, autoridades e, principalmente, os pais."

O Círculo do Livro publicou, de Klaus Thenis, "ETIOLOGIA – A conduta animal, um modelo para o homem?"

O capítulo 7 – Relações Entre Semelhantes – é bastante pertinente a este trabalho, pelo que decidimos transcrever certo trecho, no Anexo A.

Em resumo, o texto revela que, quanto maior a população, maior a possibilidade de conflitos; quanto maior a concentração (densidade demográfica), maior ainda as possibilidades de conflito; a tensão é permanente, ocasionando desastrosos ou submissões mórbidas; a razão fundamental da vida – preservação e reprodução (perpetuação) da espécie – é extremamente reprimida e a consequência é o caminho para a morte. Pela perda do sentido da vida!

Sem dúvida, é um problema sociológico, mas que, através do auxílio da matemática, pode ser explicado cientificamente, tem facilitada sua compreensão, serve de orientação à busca de soluções e permite projeções.

Imaginemos as cidades A e B, ambas com 4 habitantes. Se a combinação 2 a 2 de cada grupo isolado representar uma relação conflitiva, teremos 6 – seis – conflitos em cada cidade, perfazendo 12 – doze – nas duas.

Na hipótese de A mudar-se para B, teremos 3 e 5 habitantes respectivamente. Combinando-se 2 a 2 os novos números, teremos 3 – três – conflitos em A e 10 – dez – conflitos em B. Quer dizer, para o mesmo número de habitantes dependendo da forma com que se distribuírem há número diferenciado de probabilidades de conflitos.

Isto demonstra que, aumentando o número de habitantes, as possibilidades de conflito aumentam em proporção muito maior, atendendo à combinação de, no mínimo, duas pessoas, duas a duas.

Não é difícil imaginar-se, então, que à medida que a população de certa cidade aumenta, as possibilidades de conflito (e daí, aos delitos) aumentam numa proporção muitíssimo maior. E como a área de ocupação continua pouco ou nada inalterada, isto é, aumentando a densidade demográfica, a possibilidade passa a ter aspecto de probabilidade. Sem se contar com a hipótese de surgimento de psicoses, neuroses, ansiedades, tensões, em razão de personalidades heterogêneas.

Eventuais resultados estimados não devem ter o caráter de inflexibilidade, portanto. Há, sem dúvida, imponderáveis vetores de violência que ainda são de difícil mensuração, mas, como já se falou, não devem ser desprezados numa avaliação das estimativas apresentadas puras.

TRATAMENTO DE DADOS

De posse dessas observações anteriores, haveria um método matemático para se

ajustar o efetivo de policiais militares à realidade de uma cidade qualquer? Seria possível estimar-se um número aceitável de ocorrências face a essa mesma realidade? Haveria condições de se mensurar atuação preventiva de PM?

Fundamentando-nos na "Teoria da Correlação", que considera o problema de regressão ou estimação de uma variável (a dependente) a partir de uma ou mais variáveis correlatas, e, no caso particular da correlação (grau de relação entre as variáveis), que procura determinar quão bem uma equação linear, ou de outra espécie, descreve ou explica a relação entre as variáveis, buscamos um modelo que retratasse o que de antemão pretendíamos.

Necessitávamos de uma massa de dados significativa para minimizar os erros. Daí, consideramos as setecentas e vinte e duas cidades do Estado de Minas, e, em relação a cada uma delas levantamos: área, população, população teoricamente conflitiva (acima de 10 anos) população ocupada, IRPE (Índice Representativo da Potencialidade Econômica dos Municípios Mineiros), população não residente, número de ocorrências havidas em 1985 e efetivo PM existente. Deparamo-nos com a matriz de 722 linhas e 8 colunas. Sabíamos tratar-se de uma equação de regressão linear que podia ser escrita sob a forma $Y = A_0 + A_1 X_1 + A_2 X_2 + A_n X_n$ e representava um hiperplano em um espaço multidimensional. Para os cálculos dos coeficientes usamos as fórmulas:

$$A_0 = \frac{(E_y)(E_x) - (E_x)(E_{xy})}{NEx^2 - (E_x)^2}$$

$$A_1 = \frac{NE_{xy} - (E_x)(E_y)}{NEx^2 - (E_x)^2}$$

Precisávamos calcular as médias aritméticas relativas a cada variável, os desvios-padrão, as covariâncias. Pelo método tradicional não haveria como. Recorremos ao computador.

Há um "software" disponível para grande máquina, o EPS (Evolution Planing System) que trabalha matrizes e funções estatísticas. Dele lançamos mão, estabelecendo inicialmente uma "lógica", entrando no módulo "data", comandamos a "regressão" e conseguimos calculados os diversos coeficientes $A_0, A_1, A_2, \dots, A_8$.

Os cálculos "por dentro" são todos transparentes ao usuário da máquina, tais como médias, desvios e co-variâncias.

Para a realidade colocada, informando-se à máquina que a "fila" ocorrências é a variável dependente, obtém-se a projeção do número de ocorrências, dada por equações, cujos coeficientes constam do Anexo B.

Através de cálculo do percentual histórico de delitos, dentro do total de ocorrências, obtém-se projeção do que pode ser chamado "patamar suportável de violência". Claro que, se a máquina for "alimentada" com número de delitos violentos e não o número de ocorrências, dispensa-se o passo retro.

Salta aos olhos a facilidade para se fazer estimativa de efetivo. Basta informar à máquina que a "fila" efetivo é a variável dependente. A função matemática para se estimar o efetivo para cada cidade tem os coeficientes anotados no Anexo C.

Escolhemos inicialmente a população urbana, como uma das variáveis independentes, porque, na verdade, pretendíamos demonstrar que a proximidade das pessoas aumenta as relações conflitivas, mas como não dispomos de área urbana dos municípios de Minas Gerais, o erro encontrado foi muito grande obrigando-nos a voltar à área total, vez que, em muitos municípios, a população rural é significativa.

Prontos os modelos, para se saber do efetivo de policiais militares para determinada cidade, basta substituir na equação padrão as variáveis conhecidas e pertinentes àquela mesma cidade, procedendo-se de modo idêntico na equação "ocorrências estimadas" e comparando-se com o número real, conhecendo o resultado pelas lógicas (maior, menor, igual).

Quanto ao balanceamento efetivo x ocorrências havidas, substituindo-se simultaneamente os dados em ambas as equações constata-se o número de PM capaz de fazer frente ao indesejável acréscimo de ocorrências observado.

Reitero que, de posse desta função, o trabalho básico visa a conhecer o percentual de delitos dentro de uma série histórica de ocorrências, quando, então, estimar-se-á o número de delitos para um determinado período.

Este número de delitos poderá ser discriminado por tipo de delito, adotando-se idêntico procedimento, isto é, calculando-se qual o percentual que, por tendência, vem representando no conjunto dos delitos.

Quanto à mensuração da atuação preventiva, será feita da seguinte forma: tendo a estimativa de delitos como referência, faz-se comparação com o número real; calcula-se a variação percentual; compara-se com período antes ou com cidades semelhantes, que estarão listadas, obedecendo a um escalonamento dado pelas variações. Evidentemente, a medida da ação preventiva será obtida pela diferença entre 100% e o percentual encontrado a menor. A eficiência dos efetivos nas várias cidades será conhecida e classificada conforme o escalonamento.

Portanto, a mensuração da atuação preventiva, embrionária, quiçá inédita, será realizada pelo cálculo percentual do que ficou aquém da estimativa ou projeção de delitos. Quanto ao número de policiais- militares, quando o número de delitos estiver aquém ou igual à estimativa, ter-se-á que o efetivo está ajustado. Caso o número de delitos esteja além, é constatação que poderá embasar propostas de aumento de efetivo, ou aquisição de material, ou providências dos órgãos externos à Corporação.

Após trabalharmos com os 722 municípios de Minas Gerais, temos que Belo Horizonte não é a cidade mais violenta do Estado. Entre as 12 (doze) maiores cidades, BH ocupa a 8ª posição e, entre todos os 722 é a 298ª.

CONCLUSÕES

Nossa proposta, em síntese, é de um modelo matemático para mensuração objetiva de

estimativa de ocorrência, ajustamento (alocação) de efetivo e a atuação preventiva de PM e não do PM (na localidade onde atue um conjunto).

As operações estão embutidas no programa e não foi de nosso interesse discuti-las. A idéia fundamental foi buscar-se um modelo que o "leigo" em matemática pudesse usar, bastando que tivesse indicadores estatísticos. Buscamos discorrer mais sobre Polícia Militar, sobre a filosofia da proposta.

Temos convicção de que nosso trabalho é uma modesta contribuição para que, na era tecnocrática, a produção da empresa Polícia Militar, prestadora de serviços públicos de manutenção da ordem pública, cujos dividendos são a tranquilidade pública, deve ser analisada e avaliada dentro de um rigor técnico-científico. Não há mais lugar para empirismos e subjetivismos.

Este trabalho poderá ensejar, quem sabe, que se intensifiquem cadastramentos estatísticos, para que nos aproximemos mais da realidade.

As conclusões são nucleares, pois há um espectro de variáveis que não foram isoladas e tratadas consoante a realidade cultural onde afloram.

Buscar-se uma fórmula que possa condenar heterogêneas e inopinadas reações emocionais e temporais é correr-se sério risco. Porém, a idéia é ter-se um referencial para futuras pesquisas.

A escolha das variáveis visou a estimativas para um tipo de policiamento ostensivo – o Geral – mas podem ser selecionadas variáveis específicas para os outros tipos de policiamento ostensivo – Trânsito, Florestal, Rodoviário, Guarda.

Em síntese, é de se afirmar que, de posse de informações sobre certas cidades, é possível conhecer-se qual cidade é mais (ou menos) violenta em relação a outras, em função de variáveis selecionadas.

A consequência imediata da visão científica dos fenômenos é negar a aparência e revelar a essência.

Ao tempo de Galileu, o heliocentrismo era uma idéia maluca, pois, era crença generalizada que o Sol se movia e a Terra estava parada.

Por falta de visão científica dos fenômenos sociais, sobretudo aqueles ligados à polícia, o "geocentrismo" impera em muitos domínios.

Estudados por policiais-militares, que têm a seu favor a experiência de mais de quatrocentos anos de profissão, surgirá, por certo, um corpo de ciência autônomo, uma Policiologia, que ocupará uma área ainda virgem do saber humano.

Uma área que precisa ser desbravada, sem mais delongas, para que possamos abreviar a cura dessas doenças preocupantes que andam a debilitar o organismo social: o crime e a violência.

O alcance desse objetivo será um marco indelével na nossa auto-realização como profissionais de segurança pública, guardiães da lei e da ordem, instrumentos do Estado para a construção da paz, do bem-estar e da propriedade do povo a que servimos.

Às vezes, as análises técnico-científicas nos permitem conclusões diferentes das que presumimos ou propalamos.

Portanto, em razão de suas variáveis, será possível estabelecer estimativas, e não nos surpreendamos se se concluir que, face o contexto, o ambiente, a conjuntura, a realidade cultural, a cidade mais tranqüila do mundo é Nova Iguaçu.

Será a derrocada de arraigados preconceitos e nocivos estereótipos.

NOTAS

- 1 - Revista "ISTO É" - Parte Especial - 26 Dez 84.
- 2 - Encontro da Comunidade de Operações (ECO/BH) - Mar 84.
- 3 - Jornal Folha de São Paulo - DEBATES - 07 Fev 84.
- 4 - PAIXÃO, Antônio Luiz e LIMA, Patrícia Souza - *Termo de Referência para um estudo - VIOLÊNCIA URBANA E CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS* - D.P.S.V - Fundação João Pinheiro - 1984.
- 5 - Citação de PAIXÃO e LIMA - trabalho citado.
- 6 - PEYREFITTE, Alain - *Réponses à la violence* - Presses Pochet - France - 1977.
- 7 - MASLOW, A.H. *Uma teoria de motivação humana*. São Paulo. Nova Era. 1986
- 8 - MACBRYDE E BLACKLOW - *Sinais de Sintonias*. Rio. G. Hill. 1980.
- 9 - AFFONSO, Leonel Archanjo - *Polícia Militar e Constituinte* - Belo Horizonte. PMMG. 1986. pág. 57.
- 10 - JORNAL DO BRASIL - 06 Nov 86 - DEBATES.
- 11 - MEIRELES, Amauri e ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio - *Teoria da Síndrome da Violência Urbana - Curso de Altos Estudos de Segurança Pública* - PMMG - 1986.
- 12 - Jornal O GLOBO - 29 Ago 84 e seguintes - *O Rio Contra o Crime*.
- 13 - *Municipal Police Administration* - Publicação de Municipal Management series, de The International City Manager's Association - Chicago - 1961 (tradução do autor).
- 14 - Idem, Op. cit.

ANEXO A

– TRANSCRIÇÃO –

(THENIS, Klaus. Etiologia – A conduta animal, um modelo para o homem. São Paulo, Círculo do Livro 1986).

“No começo de 1971, mais de sessenta entre os médicos mais conceituados da Grã-Bretanha publicaram uma convocação para o combate à moléstia da “superpopulação”, na renomada revista científica inglesa “Lancet”, e no “British Medical Journal”. Eles haviam comprovado, em primeiro lugar, que a qualidade de vida se deteriora com a superpopulação e, em segundo, que o agrupamento de seres humanos dentro das cidades constitui uma ameaça direta ao bem-estar físico e espiritual dos habitantes. Esses médicos exigiam medidas decisivas para enfrentar essa doença; entre elas, uma declaração do governo britânico a respeito do problema; ampliação dos serviços de planejamento familiar, que deveria ser acessível a todos; maiores facilidades para a liberação do aborto e para a esterilização individual. Também colocavam a seguinte pergunta: existem ainda esperanças para essa ilha superpovoada que é a Grã-Bretanha? Contudo, a superpopulação não é simplesmente um problema do Reino Unido.

Não é só a poluição do meio ambiente que torna a vida das grandes cidades cada vez mais intolerável: nas estatísticas da polícia da República Federal da Alemanha, foram registrados, em 1970 (sem contar as infrações de trânsito e de segurança do Estado), um total de 2.413.586 delitos e contravenções contra o Código Penal alemão.

Na República Federal da Alemanha, a população aumentou de aproximadamente 59 milhões de habitantes, em 1963, até mais ou menos 61 milhões, em 1970. A criminalidade, durante esse período, aumentou a um ritmo muito mais rápido. Se em 1963 não havia ainda mais de 1.678.840 delitos e contravenções, estes chegaram a quase 2,5 milhões em 1970. Porém, esses números se tornaram muito mais impressionantes se os compararmos com a distribuição da massa demográfica. Em 1970, viviam nas grandes cidades aproximadamente 20 milhões de pessoas, ou seja, 32 por cento do total da população. Todavia, a esses 32 por cento corresponde mais da metade dos atos criminosos. Por outro lado, viviam na zona rural, naquela época, 18 milhões de habitantes, ou seja, aproximadamente 30 por cento da população, a que correspondem apenas 14 por cento das infrações criminosas.

Essas cifras demonstram claramente o paralelo existente entre o delito e a densidade da população. Consideremos o exemplo de Nova York: em 1969, foram registrados 1.043 assassinatos e 2.120 estupros e um total de mais de 344.000 casos de roubo (sem contar aqueles que não foram declarados). Em outras palavras, aproximadamente 170 atos de violência, quinhentos furtos domiciliares e 230 roubos de automóveis por dia. Em Nova York existem pelo menos 100.000 viciados em drogas – referimo-nos aqui aos clientes habituais da heroína. Em 1970 registraram-se, na cidade dos arranha-céus, mais de cem casos de morte provocada por estupefacientes. Segundo cálculos da polícia, aproximadamente 5 por cento dos habitantes de Nova York vivem exclusivamente do crime – ou seja, lá existe meio milhão de delinquentes profissionais.

O Professor P.G. Zimbardo, da Universidade de Stanford, na Califórnia, fez recentemente a seguinte experiência: deixou dois automóveis sem licença e com o capô do motor aberto abandonados durante 64 horas: um deles, perto da Universidade de Nova York, situada no populosíssimo bairro de Bronx; o outro, perto de Stanford, na zona residencial de Palo Alto, menos populosa, e cujos habitantes pertencem a um meio social bem diverso.

Depois de 25 horas haviam roubado, do carro deixado no Bronx, todas as peças móveis, e depois de três dias o carro não era mais do que um monte de sucata. A maior parte da obra de destruição havia acontecido em pleno dia, na presença de grande número de transeuntes, e fora realizada por brancos adultos e bem-vestidos. O automóvel de Palo Alto estava praticamente intacto ao final de 64 horas.

Os esquemas habituais de comportamento vão perdendo seu valor progressiva, e não paulatinamente, dentro de Nova York. Porém, essa cidade é apenas um exemplo antecipado, que revela o destino de todos nós. Os sintomas dessa evolução já são mais do que perceptíveis em todas as grandes cidades da Europa, onde já existem muito mais delinquentes profissionais do que podemos imaginar.

John B. Calhoun, psicólogo e pesquisador do Departamento Federal de Higiene dos Estados Unidos, dedica-se há mais de 25 anos a investigar o problema da superpopulação. Seu alvo é especialmente o esclarecimento científico das repercussões da densidade demográfica sobre o comportamento social dos seres humanos.

Uma de suas primeiras experiências foi realizada com uma população de ratos em estado selvagem. Mantinha-os em uma área de aproximadamente 100m², fornecia-lhes alimentação diária abundante, tomando todas as precauções no sentido de eliminar as perturbações de ordem externa – gatos, moléstias, etc. Não deixou aos ratos qualquer possibilidade de escapar das conseqüências de sua própria proliferação e da subsequente densidade demográfica. Ao término de 27 meses o número de habitantes havia se estabilizado em 150 ratos adultos. Um número muito baixo! De acordo com os índices de reprodução observados e previstos, Calhoun havia esperado aproximadamente 5.000 ratos. Qual o motivo que levou a densidade da população de ratos a se estabilizar em um nível tão baixo? A mortalidade “infantil”, extraordinariamente elevada, não devido a enfermidades, mas à deterioração do comportamento materno. O acúmulo de apenas 150 adultos naquela área cercada era suficiente para que o **stress** social não permitisse que o comportamento normal de cuidados com a prole se desenvolvesse adequadamente. As ratazanas, evidentemente, não tinham tempo para dar atenção necessária aos filhos, e por esse motivo eram poucos os descendentes que sobreviviam.

Uma das últimas experiências de Calhoun apresentou resultados ainda mais lamentáveis. O cientista tornou-se urbanista e arquiteto de uma pequena cidade, na escala dos ratos. Construiu uma moradia sobre uma superfície de 2,5 m² com 256 apartamentos, provida de manjedouras e bebedouros. A fim de garantir o conforto dos roedores, climatizou todo o local e planejou lugares de encontros, que funcionariam como centros de lazer dos habitantes da pequena cidade. Introduziu os primeiros inquilinos – oito ratos – brancos – e abandonou-os à sua própria sorte.

Com o passar do tempo, os oito roedores originais transformaram-se em 150, o que representava um número ideal para Calhoun. Porém, a ausência de inimigos e de moléstias permitiu uma proliferação ainda maior, que chegou a atingir cerca de seiscentos ratos. Calhoun observou que as estruturas sociais iam se formando, pouco a pouco: catorze grupos, que poderiam ser considerados como os clubes dos ratos dominantes, separaram-se dos outros, enquanto os restantes se comprimiam no centro do espaço disponível. Ali se reuniam mais de quatrocentos ratos, dos quais muito poucos conseguiam ingressar em algum dos catorze grupos mencionados. Os ratos menos favorecidos reagiam com agressividade redobrada, terminando por lutar entre si. Os ratos de classe mais elevada, pertencentes a

qualquer dos catorze grupos dentro da hierarquia social, continuaram a se reproduzir em um ritmo extraordinário, até que a população do local atingiu 2.200 animais. Quando isso aconteceu, as estruturas sociais foram completamente destruídas. As mães deixaram de apresentar sua conduta normal. Geralmente construíam ninhos para seus filhos, com o material que Calhoun lhes fornecia em abundância; mas depois limitavam-se simplesmente a assinalar o local do ninho, com três ou quatro pedacinhos de madeira. Os pequenos ratos desapareciam sob a agitada multidão de seus semelhantes e, assim, não tinham qualquer possibilidade de sobrevivência. Muito poucos chegavam a copular, porque eram continuamente submetidos à feroz agressividade de seus companheiros, o que impedia a atividade sexual regular. Finalmente a vida na colônia de ratos foi desaparecendo. Até os guinchos de todos os tipos, que normalmente assinalam todas as atividades dos ratos cessaram.

A maioria daqueles roedores – segundo relatório de Calhoun – transformou-se em massas passivas de protoplasma; fisicamente são, mas socialmente estéreis e psiquicamente paralisados em um transe pueril. Aproximava-se um final terrível. Há um ano não nascia nem um descendente sequer naquela sociedade que antes era excessivamente proflíca. O número de habitantes desceu outra vez para 1.600, e havia pouca probabilidade de que aumentasse. O rato mais novo – se convertermos sua idade para a cronologia humana – já tinha quarenta anos. Aquela sociedade “superconsumidora”, com todas as comodidades necessárias à vida dos ratos, estava condenada à morte.

De acordo com nossos comportamentos e idéias instintivas convencionais, consideramos determinadas condições mínimas como necessárias – no contato com outros seres humanos – para que possamos ter uma vida digna de ser vivida. Essas condições mínimas parecem estar intimamente relacionadas com a densidade da população. Todas as pesquisas e descrições referentes às regiões superpovoadas indicam a existência de uma relação direta entre a alta densidade demográfica e a agressividade, inimizade e criminalidade entre os seres humanos. Essas tendências também se manifestam nos estabelecimentos penais, onde as aglomerações não permitem que os indivíduos refreiem uma agressividade que se volta com violência contra seus companheiros de prisão.

Paul Leyhausen, discípulo de Konrad Lorenz e professor do Instituto de Fisiologia da Conduta Max Planck, situado em Seewisen, na Baviera, escreve o seguinte: “Quase cinco anos de permanência em campos de prisioneiros de guerra ensinaram-me que as comunidades humanas superpovoadas refletem, até nos mínimos detalhes, os sintomas observados em comunidades superpovoadas de lobos, gatos, cobras, ratazanas, ratos ou coelhos. Observam-se apenas as diferenças de tipo específico; as forças impulsoras essenciais da organização e as relações sociais são, em princípio, idênticas”.

Com base em suas observações, Leyhausen chegou a enunciar alguns conceitos bastante significativos, referentes à correspondência direta entre a proporção de hierarquização – absoluta e relativa – e a densidade demográfica: “Quanto mais superpovoadas for uma gaiola, menos hierarquia relativa existirá nela. Um animal acaba se transformando, ali, em um déspota absoluto; alguns animais são implacavelmente assediados pelos demais e acabam ficando desesperados, apresentando verdadeiros sintomas neuróticos dos mais diversos. O restante dos prisioneiros da gaiola transforma-se em uma turba maligna; a tensão existente entre eles nunca cede; jamais estão contentes; observam-se resmungos, grunhidos, ou mesmo lutas, ininterruptamente. As brincadeiras terminam e qualquer movimento é reduzido à sua mínima expressão”.

ANEXO B

Acima Reg8 A1 VM/SP RELEASE 4.0 EXPRESS PUT8602+SLU408

SYSTEM>REGRESSION

DEPENDENT (Y) VARIABLE ROW? 8

INDEPENDENT (X) VARIABLE ROW(S)? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

WARNING- CORRELATED DATA (DET.<0.01)

COEFFICIENT	X - VARIABLE
-349.0296	(INTERCEPT)
-0.0062	1
0.014	2
-0.0062	3
-0.0116	4
0.0457	5
0.0054	6
0.0183	7

GOODNESS OF FIT 0.9935

SIGNIFICANT AT 99% LEVEL

X - VARIABLE 1 FAILS T-TEST
 X - VARIABLE 2 FAILS T-TEST
 X - VARIABLE 3 FAILS T-TEST
 X - VARIABLE 4 FAILS T-TEST
 X - VARIABLE 5 FAILS T-TEST
 X - VARIABLE 6 FAILS T-TEST
 X - VARIABLE 7 FAILS T-TEST

MULTIPLE CORRELATION COEFFICIENT	0.9988
STANDARD ERROR OF ESTIMATE	154.9451
F - VALUE	242.2338

x - VARIABLE	T - VALUE	ST. DEV. OF REG. COEFF.
1	-0.1507	0.0409
2	1.2094	0.0116
3	-0.9026	0.0069
4	-0.7983	0.0146
5	0.9614	0.0475
6	0.6684	0.008
7	0.5451	0.0335

F - VALUE 99% (TABLES)	15
F - VALUE 95% (TABLES)	6.09
T - VALUE 95% (TABLES)	2.78

ANALYSIS OF VARIANCE

SOURCE W.R.T. REGRESSION	DEGREES OF FREEDOM	SUM OF SQUARES	MEAN SQUARE
DUE TO DEVIAT. FROM	40708852 96032.0159		5815549 24008.001

SYSTEM > REGRESSION
 DEPENDENT (Y) VARIABLE ROW? 8
 INDEPENDENT (X) VARIABLE ROW(S)? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
 WARNING - CORRELATED DATA (DET. < 0.01)

COEFFICIENT	X - VARIABLE
4.4071	(INTERCEPT)
-0.0005	1
-0.0044	2
0.0039	3
0.003	4
-0.0166	5
0.0102	6
0.0007	7

GOODNESS OF FIT 0.3623

NOT SIGNIFICANT AT 95% LEVEL

MULTIPLE CORRELATION COEFFICIENT	0.7812
STANDARD ERROR OF ESTIMATE	0.8786
F - VALUE	2.4612

x - VARIABLE	T - VALUE	ST. DEV. OF REG. COEFF.
1	-0.1436	0.0034
2	-1.0279	0.0043
3	2.3058	0.0017
4	0.5522	0.0055
5	-1.0424	0.0159
6	1.2093	0.0084
7	0.0378	0.0185

F - VALUE 99% (TABLES)	4.8685
F - VALUE 95% (TABLES)	3.0097
T - VALUE 95% (TABLES)	2.2012

ANALYSIS OF VARIANCE

SOURCE W.R.T. REGRESSION	DEGREES OF FREEDOM	SUM OF SQUARES	MEAN SQUARE
DUE TO DEVIAT. FROM TOTAL	7	13.2985	1.8998
	11	8.4909	0.771902874
	18	21.7894	

TABLE OF RESIDUALS

OBSERVATION	Y-VALUE	Y-ESTIMATE	RESIDUAL	%
-------------	---------	------------	----------	---

SYSTEM > REGRESSION

DEPENDENT (Y) VARIABLE ROW? 7

INDEPENDENT (X) VARIABLE ROW(S)? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8

WARNING- CORRELATED DATA (DET. < 0.01)

COEFFICIENT	X - VARIABLE
1363.3087	(INTERCEPT)
-0.5278	1
-0.266	2
0.1366	3
0.3217	4
0.2718	5
-0.1577	6
2.109	8

GOODNESS OF FIT 0.9855

SIGNIFICANT AT 99% LEVEL

- X - VARIABLE 1 FAILS T-TEST
- X - VARIABLE 2 FAILS T-TEST
- X - VARIABLE 3 FAILS T-TEST
- X - VARIABLE 4 FAILS T-TEST
- X - VARIABLE 5 FAILS T-TEST
- X - VARIABLE 6 FAILS T-TEST
- X - VARIABLE 8 FAILS T-TEST

MULTIPLE CORRELATION COEFFICIENT

0.9974

STANDARD ERROR OF ESTIMATE

3276.8375

F - VALUE

107.5677

x - VARIABLE	T - VALUE	ST. DEV. OF REG. COEFF.
1	-0.6787	0.7776
2	-1.4322	0.1858
3	1.157	0.118
4	1.4571	0.2208
5	0.2593	1.0479
6	-1.185	0.1331
8	0.2759	7.6448

F - VALUE 99% (TABLES) 15
 F - VALUE 95% (TABLES) 6.09
 T - VALUE 95% (TABLES) 2.78

ANALYSIS OF VARIANCE

SOURCE W.R.T. REGRESSION	DEGREES OF FREEDOM	SUM OF SQUARES	MEAN SQUARE
DUE TO	7	8085185559	1155026247
DEVIAT. FROM	4	42950660	10737664

SYSTEM > REGRESSION

DEPENDENT (Y) VARIABLE ROW? 7

INDEPENDENT (X) VARIABLE ROW(S)? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8

WARNING- CORRELATED DATA (DET. < 0.01)

COEFFICIENT	X - VARIABLE
1067.8323	(INTERCEPT)
-0.0412	1
0.0271	2
0.0474	3
-0.0495	4
-0.382	5
0.066	6
4.0719	8

GOODNESS OF FIT 0.3474

SIGNIFICANT AT 95% LEVEL

VARIABLE	1 FAILS T-TEST
VARIABLE	2 FAILS T-TEST
X - VARIABLE	3 FAILS T-TEST
X - VARIABLE	4 FAILS T-TEST
VARIABLE	5 FAILS T-TEST
X - VARIABLE	6 FAILS T-TEST
X - VARIABLE	8 FAILS T-TEST
MULTIPLE CORRELATION COEFFICIENT	0.7069
STANDARD ERROR OF ESTIMATE	884.9173
F - VALUE	3.281

x - VARIABLE	T - VALUE	ST. DEV. OF REG. COEFF.
1	-0.3755	0.1098
2	0.3358	0.0808
3	1.1611	0.0408
4	-0.4929	0.1005
5	-1.4891	0.2565
6	0.9993	0.066
8	1.316	3.0941

F - VALUE 99% (TABLES)	3.493
F - VALUE 95% (TABLES)	2.4381
T - VALUE 95% (TABLES)	2.0671

ANALYSIS OF VARIANCE

SOURCE W.R.T. REGRESSION	DEGREES OF FREEDOM	SUM OF SQUARES	MEAN SQUARE
DUE TO	7	17985188	2569312
DEVIAT. FROM	23	18010820	783078.9534

